

Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos¹

Solidarity economy and territory: production of democratic and participatory spaces

Tatiane Marina Pinto de Godoy²

tatianemgodoy@gmail.com

Resumo. Temos buscado formular uma linha de investigação sobre a Economia Solidária pela perspectiva de construção de novos espaços econômicos e democráticos a partir da compreensão de que a democracia não se constrói, apenas, pelo viés político. A prática cotidiana da democracia radical, possibilitada pelas formas de autogestão econômica, introduz um novo comportamento social que se amplia para as outras esferas da vida. Partimos do princípio de que são as práticas sociais que dão origem às relações espaciais. Assim, o que se pretende é desenvolver um debate sobre como as diferentes formas de organização coletiva na cidade, inclusive daquelas que, a princípio, dizem apenas respeito à organização de trabalhadores em torno de uma atividade econômica, transformam as condições de vida de moradores a ponto de criar novas relações com o lugar onde vivem. Partir do entendimento do território como esfera de pertencimento e apropriação por uma comunidade abre a perspectiva para pensar numa estratégia que vá para além da esfera econômica, considerando que o desenvolvimento deve, também, tornar dignas as condições de vida das pessoas. Nesse sentido, pensar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial implica considerar que os princípios que regem os empreendimentos econômicos solidários podem ultrapassar o local da produção e pautar a vida da comunidade onde as iniciativas de Economia Solidária estão presentes.

Palavras-chave: economia solidária, território, produção social do espaço.

Abstract. We have sought to develop a line of research on the Solidarity Economy through the perspective of constructing new economic and democratic spaces on the basis of the understanding that democracy is not built only through a political bias. The everyday practice of radical democracy, made possible by forms of economic self-management, introduces a new social behavior that extends to others spheres of life. We assume that it is social practices that give rise to spatial relationships. Thus, our aim is to develop a discussion on how different forms of collective organization in the city, including those which, at first, only concern the organization of workers around an economic activity, transform the living conditions of residents to the point of creating new relationships with the place where they live. Understanding territory as a sphere of belonging and appropriation by a community opens a perspective of thinking about a strategy that goes beyond the economic sphere, considering that development should also make worthy the living conditions of the people. In this sense, thinking the Solidarity Economy as a territorial development strategy involves considering that the principles that govern solidarity economic ventures may exceed the production site and guide the life of the community where the Solidarity Economy initiatives are present.

Keywords: solidarity economy, territory, social production of space.

¹ Esse trabalho é resultado parcial de uma pesquisa de pós-doutorado financiada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Processo n. 10/14822-4.

² Universidade Federal de São João del-Rei. Campus Tancredo Neves. Ctan. Av. Visconde do Rio Preto, s/n, Colônia do Bengo, 36301-360, São João del-Rei, MG, Brasil.

O território é espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012, p. 51).

Introdução

Nesse texto buscamos ampliar a compreensão sobre as relações sociais da Economia Solidária como produtoras de relações espaciais que engendram novas práticas socioespaciais. Trata-se de, amparada na teoria da produção social do espaço, levantar as possibilidades que empreendimentos e iniciativas da Economia Solidária, mediadas pela autogestão como forma de organização do trabalho, tenham de produzir uma relação diferenciada com o lugar onde ela se realiza.

Nossa premissa é que o modo de produção organiza a vida produtiva dos sujeitos e, concomitantemente, organiza a vida social coletiva. Por meio dele, estabelecem-se as relações sociais de produção, que não se restringem ao espaço produtivo, mas se expandem para além de seus limites, isto é, para as relações sociais.

Se o espaço é um produto social, ele também é, portanto, produto das relações sociais de produção, orientadas por uma forma determinada de economia. Tal modo de produção organiza a força de trabalho, determina a distribuição dos meios de produção e da riqueza produzida. Assim, ele produz o espaço que condicionará a reprodução das relações sociais que o movem.

Se o modo de produção caracteriza um estágio histórico de desenvolvimento, ele, por sua vez, também caracteriza uma forma de produção social do espaço, promovida pelas relações sociais que o constituem. Esse espaço social corresponde às condições sociais de produção da existência humana, o que permite cogitar sobre a possibilidade de produção diferenciada do espaço mediante sucessão de um modo de produção por outro.

A construção de novos espaços democráticos pressupõe a existência de relações sociais baseadas nos princípios da solidariedade e da democracia radical, como aquela em que a participação seja efetiva em todos os níveis. Pode-se perguntar: Um outro mundo pode ser possível na reprodução das práticas sociais que estabeleçam outras relações com o espaço em que vivemos? Novos cenários estão em construção, e a Economia Solidária, através de suas práticas sociais, tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, menos desigual e que ofereça condições de uma outra

organização da vida coletiva? A autogestão é o caminho para a emancipação social?

Produção social do espaço e práticas socioespaciais da Economia Solidária

O entendimento do espaço como esfera material da vida social advém da teoria da produção e reprodução social do espaço. Essa teoria tem sua origem nos estudos do sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991), que têm estimulado uma vertente crítica da Geografia a compreender as condições de produção e reprodução do espaço. Sua contribuição tem sido particularmente notável para os estudos sobre as condições de sobrevivência do capitalismo atual. Lefebvre resgata o princípio fundamental da teoria de Marx, que enfatiza o homem como sujeito da sua história e questiona a vida cotidiana da sociedade moderna a partir de sua expressão mais manifesta: o espaço.

Compreender as práticas sociais da Economia Solidária à luz da teoria marxista, com apoio das contribuições de Lefebvre, tem sido nossa base de argumentação. Assim como Lefebvre, temos buscado referências no pensamento marxista, mas não tomando-o como dogma, para compreender as potencialidades e os limites da Economia Solidária.

O pensamento de Marx, apoiado no contexto do século XIX, ganhou um prolongamento nas obras de Lefebvre, cuja importância está numa crítica do tempo e do espaço, especialmente na segunda metade do século XX. A proposta de uma crítica à economia política do espaço resgata a historicidade das relações sociais de produção para o entendimento das práticas sociais inscritas no espaço, e que se impõem como condição de reprodução dessas mesmas relações sociais.

O aprofundamento da análise das implicações do espaço e do tempo para a compreensão do mundo por Lefebvre e a proposta de um materialismo histórico-geográfico como procedimento analítico, conforme Harvey (2005), permitem uma leitura da Economia Solidária através das práticas socioespaciais que lhe dão forma e conteúdo. Assim, é possível estabelecer conexões espaçotemporais de emergência dessa forma de organização do trabalho, caracterizado por um conjunto de atividades econômicas geridas por trabalhadores, com as metamorfoses da acumulação capitalista e de redefinição de espaços econômicos.

A contribuição que temos buscado pela perspectiva espacial da Economia Solidária vai

além do entendimento da lógica de localização de seus empreendimentos. Nessa perspectiva, tratamos de analisar a reprodução do espaço através das relações sociais solidárias de produção, sob a égide do capitalismo. Para o desvendamento das contradições presentes nos espaços que comportam modos de produção, que em primeira análise se mostram diferentes, como o da acumulação capitalista e o da reprodução solidária, partimos da premissa³ de que o espaço é produto das relações sociais estabelecidas entre os homens para se apropriar da natureza, através do trabalho, e condição de reprodução destas relações sociais.

No espaço estão inscritas as condições para que uma ação humana se realize. Embora possa parecer um resgate da corrente determinista, e essa não é a nossa intenção, porque não é essa nossa forma de análise, o que queremos é explorar as possibilidades que as relações sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária têm de se reproduzir no espaço, produzido a partir de relações sociais mediadas pelo capitalismo.

Nosso esforço vai, então, em direção a uma análise que dê conta do desvendamento das relações sociais produtoras do território e de sua condição para a reprodução social, objetivo que se justifica pela necessidade de uma nova forma de viver, que comporte outra organização social da vida coletiva.

A Economia Solidária agrega uma infinidade de atividades econômicas desenvolvidas, em sua maioria, na área rural, como mostram os dados apresentados no mapeamento do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES, 2007). Mas há, também, um crescimento exponencial delas nas regiões mais urbanizadas do país a partir dos anos 2000.

A cidade, produto mais complexo do trabalho humano, é a materialização, em um mesmo espaço, de diversas territorialidades. Sua divisão social é mais visível. A cidade é um campo de forças conflitantes quase imperceptíveis ao primeiro olhar, mas que, ao olhar informado, se manifesta na divisão centro/periferia.

A implosão-explosão do urbano, metáfora lefebvriana⁴ emprestada da física nuclear para expressar a enorme concentração de pessoas, de atividades, de riquezas e de objetos que projetou fragmentos múltiplos e disjuntos como são as periferias e os subúrbios, levou ao que

hoje se chama de fase crítica. A problemática urbana carrega consigo a crise na/da cidade, na sua forma mais aparente manifestada nas diferentes territorialidades; e a crise humana decorrente da negação da reproduzibilidade das relações sociais, com o cerceamento do acesso ao trabalho e, conseqüentemente, impedindo o acesso às outras esferas da vida, como o direito à moradia, ao consumo e ao lazer, por exemplo. As duas crises são indissociáveis: a humana leva à crise da cidade, que, por sua vez, é condição da negação humana.

As práticas que temos acompanhado relacionadas às experiências de empreendimentos econômicos solidários e iniciativas relacionadas à Economia Solidária têm como referência os princípios elencados pelo movimento de Economia Solidária no Brasil: autogestão, cooperação, solidariedade e atividade econômica. Particularmente, as experiências que estão sendo assessoradas pelo Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI EcoSol), da Universidade Federal de São Carlos, buscam superar a dicotomia capital-trabalho. O NuMI EcoSol, que está integrado na Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, realiza o acompanhamento sistemático e de rotina de grupos que estejam se organizando para se constituir ou se consolidar como um empreendimento coletivo e autogestionário, em qualquer cadeia produtiva. Tal processo se operacionaliza de forma participativa por meio da troca e construção de saberes aplicados à produção econômica e à vida dos agentes envolvidos, visando à geração de trabalho e renda simultaneamente ao processo educativo dos sujeitos históricos, valorizados como seres capazes de transformar a realidade social.

A identificação dos trabalhadores da Economia Solidária como sujeitos históricos capazes de transformar a realidade social constitui-se numa virtualidade que, para alguns autores, principalmente aqueles que se firmam num marxismo mais dogmático, não é capaz de se realizar.

Temos como propósito, a partir de uma releitura marxista conduzida por autores contemporâneos, construir uma análise sobre as práticas socioespaciais da Economia Solidária que revelem expressões não consideradas pe-

³ De acordo com Pintaudi (1984).

⁴ Presente na obra "A revolução urbana" (Lefebvre, 2002).

los seus críticos. Mais do que uma proposta de um arranjo produtivo, a Economia Solidária se propõe um outro modelo de sociedade. Nesse sentido, ela anda de mãos dadas com outras pautas levantadas pelos movimentos sociais. Vemos, assim, uma proximidade importante, por exemplo, com os movimentos pela reforma urbana e pela reforma agrária, cuja base de contestação está na propriedade privada. A reforma urbana reivindica a função social da moradia, a reforma agrária reivindica a função social da terra, e a Economia Solidária reivindica a função social dos meios de produção.

Desde Marx se atribui à classe trabalhadora a missão histórica de pôr fim à opressão do modo de produção capitalista. Uma releitura marxista tem indicado que não se pode mais identificar com o operariado essa condição histórica.

Harvey, na proposta de atualização do pensamento marxista, que também se apoia na obra de Henri Lefebvre, apresenta nas suas obras mais recentes, e dentre elas tem destaque o livro *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution* (2012), uma distância da tese que afirma a classe operária como vanguarda da mudança política. Para o autor, é preciso olhar para os movimentos políticos da cidade como tão significativos quanto aqueles que acontecem nas fábricas. Embora ainda haja uma ênfase de alguns pensadores marxistas no protagonismo dos movimentos operários, é preciso considerar que os operários estão desaparecendo em muitas partes do mundo do capitalismo avançado.

Na proposta de Harvey (2012), há de se voltar a atenção para a classe trabalhadora que está criando e sustentando a vida urbana. Mesmo com dificuldades que esses grupos tenham de se organizar, é neles que existe um potencial revolucionário. No momento em que um marxismo não dogmático tem condições de florescer, as análises sobre um projeto anticapitalista podem trabalhar em aliança com muitas outras forças sociais. Dentre elas, Harvey (2012) identifica partes do movimento anarquista, do movimento autonomista e do movimento horizontalista. Este mesmo autor cita também movimentos sociais como o da Economia Solidária e dos trabalhadores sem terra no Brasil. Para isso, é preciso reunir esses grupos para identificar o que os une e não o que os separa.

Como proposta de um modo autogestionário de produção, colocamos a Economia Solidária dentre as possibilidades de constru-

ção de uma sociedade democrática conforme Chauí (2013) apresenta no fragmento a seguir, retirado de seu texto que faz considerações sobre a nova classe trabalhadora no Brasil:

A continuidade da construção de uma sociedade democrática só pode ser a práxis da classe trabalhadora e por isso é fundamental que ela própria, como já o fez tantas outras vezes na história e tão claramente no Brasil, nos anos 1980 e 1990, encontre, em meio às adversidades impostas pelo modo de produção capitalista, caminhos novos de organização, crie suas formas de luta e de expressão autônoma, seja o sujeito do seu fazer (Chauí, 2013, p. 133).

A forma de organização dos trabalhadores na Economia Solidária aponta que a democracia não se constrói apenas pelo viés político. A prática cotidiana da democracia radical, possibilitada pelas formas de autogestão econômica, introduz um novo comportamento social que se amplia para as outras esferas da vida. Pensar nas formas pelas quais a autogestão ocupa lugar na cidade oferece a possibilidade de pensar no território pela perspectiva do protagonismo dos trabalhadores.

Território e Economia Solidária nas políticas públicas e na compreensão do movimento social

O território, conceito geográfico que teve sua validade questionada pelas premissas do neoliberalismo apoiadas no pós-modernismo que também decretaram o fim do Estado, do trabalho e da história, é retomado com a demanda de novos sentidos.

Haesbaert (2009, p. 20), ao “desmistificar o discurso do fim dos territórios”, argumenta que a territorialidade é um componente indissociável da condição humana e que decretar a desterritorialização absoluta é algo paradoxal, já que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização. Não há, segundo esse autor, como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial.

De uma política de geração de trabalho e renda iniciada no âmbito de alguns municípios ainda na década de 1990, a Economia Solidária passou a ser abordada como modelo de desenvolvimento com ênfase na sua relação com o território nas políticas públicas do governo federal. Por parte do movimento so-

cial, tendo como instrumento o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a identidade e o pertencimento ao território ampliam o debate da construção de redes e cadeias entre seus empreendimentos para o diálogo com outras esferas da vida social.

A proposição do Plano Plurianual do 2012-2015 do governo federal brasileiro ratificou a dimensão territorial como metodologia para as ações em Economia Solidária. O Programa 2029 intitulado “Desenvolvimento regional, territorial sustentável e Economia Solidária” (Brasil, 2012) pretende uma ampliação da estratégia de ação regional/territorial do governo federal, que, segundo sua descrição, ganhou nos últimos anos fôlego e consistência para a ampliação das opções de geração de emprego e renda, tendo o território como protagonista do processo de desenvolvimento e respeitando-se as potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais.

Uma questão que nos chama a atenção na apresentação desse programa refere-se à maneira como ele analisa as diferenças regionais. Reproduzimos um trecho:

O Brasil é um território continental privilegiado por expressiva diversidade ambiental, social e econômica. Essa diversidade pode ser considerada importante vantagem econômica ainda pouco explorada. A diferenciação interna das regiões do país deve ser vista como uma potencialidade e não como problema. Em cada lugar, o Estado tem papel fundamental no apoio a suas potencialidades latentes, de modo a dinamizar o território sem agredir suas identidades e estimular ações articuladas a partir duma visão estratégica em escala nacional de modo a reduzir as desigualdades regionais (Brasil, 2012).

As diferenças regionais brasileiras são produto da divisão territorial do trabalho que resultam de uma política de Estado que privilegiou interesses de classes sociais dominantes. Tais diferenças regionais são manifestações de diferenciações territoriais decorrentes do desenvolvimento geográfico desigual que se expressam como desigualdades socioespaciais. Portanto, entendemos que as diferenciações regionais são um problema inequívoco.

Através de ações planejadas, o Estado distribui as infraestruturas pelo território como base material para a reprodução social. Essa ação planejada demanda princípios e objetivos. O que o debate sobre o planejamento estatal oculta muitas vezes são os interesses implicados nesse instrumento dito “racional” de

organização socioespacial, apresentado como técnico, mas de cunho eminentemente político e parcial.

Smith (1988, p. 78), ao descrever o processo de divisão da sociedade em classes, esclarece que o Estado surge, historicamente, como meio de controle político e que é função do Estado administrar a sociedade de classes, conforme os interesses da classe dominante, fazendo-o através de armas militares, jurídicas, ideológicas e econômicas.

Harvey (2005, p. 79) mostra que não é correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou central para o funcionamento da sociedade capitalista. Em suas palavras: “ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia” (Harvey, 2005, p. 79).

O propósito da explanação sobre o papel e a ação do Estado na produção do território brasileiro é o de possibilitar bases de entendimento para as políticas públicas que vêm sendo implementadas pelo governo brasileiro para a consolidação da Economia Solidária.

A produção do território brasileiro não se fez sem uma intencionalidade. Como produto do trabalho, o espaço materializa as condições de reprodução social. No Brasil, sob a égide do modo de produção hegemônico, a produção do espaço não está apartada das condições impostas pelo capital. O território brasileiro, como espaço onde, em princípio, está delimitada a sua soberania, é produto de uma repartição assimétrica do trabalho em decorrência da expansão capitalista.

O entendimento das condições materiais de produção e reprodução social passa pelo entendimento da divisão do trabalho na sua forma geográfica, através da divisão espacial do trabalho, como caminho de reflexão sobre as possibilidades que emergem da configuração de uma economia centrada na reprodução do trabalho, como a Economia Solidária é qualificada pelo movimento social.

A relação com o território também tem sido adotada pelo movimento de Economia Solidária como possibilidade de transformação das condições de vida de seus trabalhadores. A V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2012, produziu um documento em que o território e a territorialidade são parte da orientação política do movimento. O território surge para o movimento como a mediação entre as práticas da Economia Solidária, enquanto atividade econômica, e sua relação com as condições de vida dos trabalhadores.

Reconhecendo a importância da articulação de políticas públicas no território, o documento produzido na V Plenária esclarece que é importante não transpor as divisões territoriais adotadas pelo Estado sem que isso faça sentido para determinado contexto.

O que se denota como compreensão de território para o movimento de Economia Solidária é mais abrangente do que uma escala de atuação ou um recorte espacial. Sem adotar uma definição única, o documento da V Plenária coloca que,

Para o movimento de Economia Solidária e a sociedade em geral, território é um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012, p. 51).

O território, para o movimento de Economia Solidária, significa a instância de construção das identidades que têm como valor o reconhecimento da vivência, do cotidiano e da cultura local. O território, portanto, não é uma imposição espacial que define limites, que diferencia espaços de poder, seja ele político ou econômico.

Agregar solidariedades para desenvolver uma economia centrada no trabalho e na reprodução social é a proposta de produção de novos espaços econômicos e democráticos.

Economia Solidária e desenvolvimento territorial

De uma perspectiva teórica crítica, derivamos questões que auxiliam na compreensão dos alcances que as práticas econômicas baseadas nos princípios da autogestão e da solidariedade incorporam na produção de espaços econômicos democráticos e participativos ampliando as condições de exercício da cidadania.

Assim, temos nos pautado na relação entre desenvolvimento e território com base na noção de desenvolvimento geográfico desigual como centro explicativo das diferenciações socioespaciais.

Entender a forma como se produz e reproduz a Economia Solidária implica estabelecer seus intrincados elos com o sistema capitalista. Uma das contribuições teóricas está na compreensão das desigualdades socioespaciais

como produto e condição das desigualdades sociais imanentes ao modo de produção capitalista. Essa argumentação teórica se fundamenta na teoria segundo a qual o espaço não é reflexo ou palco da sociedade, mas constitui-se da sociedade, materializa as diferenciações sociais e as lutas de classe e condiciona a reprodução das relações sociais.

O conhecimento das relações constituintes da produção espacial, alicerçadas no modo de produção capitalista hegemonicamente em vigor, é pressuposto teórico para formulação de um conhecimento das condições em que se produzem e reproduzem as relações sociais na Economia Solidária. Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que a produziu.

Uma questão que nos parece importante é: a Economia Solidária tem a possibilidade de mudar as condições materiais de vida de comunidades que trabalham com os seus princípios? Por qual modelo de desenvolvimento a Economia Solidária se pauta? Ele condiz com o que se entende por desenvolvimento regional, local ou territorial?

Em nossa pesquisa de pós-doutorado, temos tido a preocupação de diferenciar as concepções de desenvolvimento local e de desenvolvimento territorial. Até onde avançamos nesse momento, compreendemos que são projetos distintos que se operam e, se a Economia Solidária pretende ser uma proposta anticapitalista, não é como um modelo de desenvolvimento local que sua virtualidade pode se realizar.

A ideia que temos buscado desenvolver é que a diferença entre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial está no projeto de sociedade que cada um contempla ou que, pelo menos, a ideia de desenvolvimento territorial poderia contemplar. O desenvolvimento local surge enquanto estratégia de superação das crises do capitalismo, mas sem questioná-lo. É uma maneira de continuar no jogo do capitalismo que se define pela desigualdade, pela concentração e pela diferenciação: desigualdade social, que é, ao mesmo tempo, espacial, ou seja, é socioespacial. É subordinar-se ao capitalismo tal como ele é, só que tentando estar do lado dos “desenvolvidos” e não mais dos “não desenvolvidos”.

O desenvolvimento territorial pode ter uma outra perspectiva. Aquela de tentar não se encaixar no jogo do capitalismo, mas a partir do estabelecimento de novas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e es-

paciais pautadas por valores diferentes. Nesse sentido, aliado aos princípios da Economia Solidária, pensamos que temos que usar o conceito de desenvolvimento territorial porque a ideia que o desenvolvimento local carrega consigo já está contaminada pelo princípio da competitividade entre os locais, ou seja, pela guerra dos lugares.

O termo desenvolvimento territorial tem sido usado em diferentes contextos como forma de explicitar a articulação de iniciativas da Economia Solidária com os espaços onde estas estão inseridas. Apontado como uma estratégia, o termo aparece tanto em textos acadêmicos quanto em editais públicos para financiamento de atividades de empreendimentos e órgãos de fomento.

No modelo de desenvolvimento capitalista, a escolha do território é estratégica. Os estudos de geografia econômica, como os de Benko e Lipietz (1994), por exemplo, explicitam as regiões ganhadoras a partir dos paradigmas de desenvolvimento local.

Mais do que um conceito geográfico, o território é uma condição para o desenvolvimento. Mas o território também é condição de vida para as pessoas que nele vivem. No desenvolvimento capitalista, o território é exaurido de suas riquezas. O modelo de desenvolvimento exógeno do capitalismo explora o território até que sejam extraídas todas as possibilidades de reprodução do capital. Quando o território deixa de ser atraente para o capitalismo, ele é abandonado e o desenvolvimento busca novos espaços para a sua estratégia. Nessa situação, o território explorado perde a sua validade.

O termo desenvolvimento em si já traz muitas discussões. O que é desenvolvimento? Ele é próprio das características de reprodução no capitalismo? É possível pensar em desenvolvimento aliado aos princípios da Economia Solidária? Se buscarmos seu sentido filosófico, o conceito de desenvolvimento se explica pelo movimento em direção ao melhor. Essa é a definição primeira contida no *Dicionário de filosofia* (Abbagnano, 2003, p. 241). Ela tem precedentes no conceito aristotélico de movimento, e seu significado otimista é peculiar da filosofia do século XIX estreitamente ligada ao conceito de progresso. Hegel transformou o desenvolvimento numa categoria fundamental da sua filosofia e o exemplificou na história. Hegel ainda destacou que o desenvolvimento pressupõe o fim para o qual se move. Assim, pensar em desenvolvimento é pensar num movimento que atinja um fim.

Se o desenvolvimento é pensado como o movimento em direção a um fim, é possível pensarmos que a Economia Solidária pode ser um modelo de desenvolvimento para alcançar um fim? Que fim é esse que almejamos na Economia Solidária?

A escala desse desenvolvimento também é objeto de discussão. Local ou territorial? Para além de uma questão de escala, o que está implicado nessa discussão é uma questão conceitual. Tanto um quanto o outro não se restringem a dimensão ou tamanho, mas se referem às relações sociais que se estabelecem no espaço. O local, em sentido estrito, é a localização, um ponto em meio a outros. Por isso, não se trata de uma categoria de análise. Já o território é uma categoria que tem um longo histórico nos estudos geográficos. De maneira geral, o território é pensado como espaço onde há uma relação de apropriação e de pertencimento.

Cabe-nos compreender qual é a diferença entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento local. A escolha por um ou outro termo ainda não é unânime. Na Economia Solidária há uma prevalência do termo desenvolvimento territorial.

A discussão sobre o desenvolvimento territorial e/ou desenvolvimento local deve considerar as origens da discussão dos termos. Ambos partem de um modelo de desenvolvimento endógeno, a partir de atores locais, o que difere dos modelos tradicionais de desenvolvimento que se pautam por estratégias externas que pouco ou nada consideram sobre as características do território onde ações são implantadas. Mas a diferença entre o territorial e o local não se explica apenas por uma questão de terminologia. O local é um ponto no mapa, mas o modelo de desenvolvimento local que se implantou em muitos países se caracteriza por uma estratégia de tornar o local competitivo no contexto da globalização. O Brasil importou esse modelo de desenvolvimento local na busca por fortalecer e tornar competitivas algumas localidades através da formação de redes de pequenas e médias empresas. Mas torná-las competitivas no capitalismo, sem questioná-lo.

O desenvolvimento territorial pode agregar outros componentes a essa discussão. Partir do entendimento do território como esfera de pertencimento e apropriação de uma comunidade abre a perspectiva para pensar numa estratégia que vá para além da esfera econômica, considerando que o desenvolvimento também deve tornar dignas as condições de vida da

população. Nesse sentido, pensar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial implica considerar que os princípios que regem os empreendimentos podem ultrapassar o local da produção e pautar a vida da comunidade onde as iniciativas de Economia Solidária estão presentes.

Considerações finais

A autogestão é um dos pilares da Economia Solidária. A propriedade, as decisões e o controle dos empreendimentos econômicos solidários são exercidos pelos trabalhadores. As relações solidárias de produção diferenciam-se daquelas praticadas em empreendimentos baseados na relação patrão-empregado. É isso o que preconiza a Economia Solidária. Encontrar experiências que estejam plenamente de acordo com esses princípios exige um esforço para além da observação de uma amostragem de práticas. Comumente encontramos textos acadêmicos que, pautados por restritas experiências relacionadas, as determinam como incipientes e inconsistentes. Wellen (2012), por exemplo, afirma que a Economia Solidária representa um retrocesso na luta dos trabalhadores contra os imperativos do capital. Discordamos desse autor. Já na nossa tese de doutorado afirmávamos que a Economia Solidária, nos termos em que se realiza no momento atual, é uma sinalização, entre outras necessárias, do caminho da emancipação social e da autodeterminação. Ela carrega em si o germe de novas relações sociais de produção (mais restrita à produção de mercadorias e serviços do que nas demais esferas de realização da economia) e que, por se caracterizar como uma prática portadora de uma nova pedagogia social, com fundamento na autogestão, é potencialmente criadora de uma nova forma de organização da sociedade, possibilitada pela expansão da democracia, da solidariedade e da autogestão, das relações sociais de produção às relações

sociais, que extrapolam o espaço restrito da economia e atingem toda a sociedade.

Referências

- ABBAGNANO, N. 2003. *Dicionário de filosofia*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1026 p.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). 1994. *As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica*. Oeiras, Celta Editora, 296 p.
- BRASIL. 2012. Plano Plurianual 2012-2015. Desenvolvimento regional, territorial sustentável e Economia Solidária. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>. Acesso em: 22/11/2013
- CHAUÍ, M. 2013. Uma nova classe trabalhadora. In: E. SADER (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo, p. 123-134.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2012. *Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária*. Luiziana, GO. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=18&gid=1700. Acesso em: 10/01/2013.
- HAESBAERT, R. 2009. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 400 p.
- HARVEY, D. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 252 p.
- HARVEY, D. 2012. *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution*. London, Verso, 187 p.
- LEFEBVRE, H. 2002. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 178 p.
- PINTAUDI, S.M. 1984. O lugar do supermercado na cidade capitalista. *Geografia*, 9(17-18):37-54.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES). 2007. Relatório Nacional 2005-2007. Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>.
- SMITH, N. 1988. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 250 p.
- WELLEN, H. 2012. *Para a crítica da "Economia Solidária"*. São Paulo, Outras Expressões, 440 p.

Submetido: 14/01/2014

Aceito: 12/09/2014